

# Descentralizar para libertar iniciativa

N. 24/7/90

Para a realização destes objectivos, com base na análise da dinâmica da actividade económica no período 1975-79, definir-se-ão as acções principais para se alcançarem os objectivos de desenvolvimento fixados, desdobrados por sectores e províncias, nomeadamente:

- aumento da produção agrícola de modo a assegurar a auto-suficiência alimentar e exportar;
- aumento das exportações de produtos tais como o algodão, carvão, amêndoa de caju, madeiras, camarão, açúcar e tabaco;
- contenção do consumo de crude (petróleo), aliada a priorização da pesquisa geológica de petróleo e gás;
- alteração da estrutura da produção industrial, para ser o suporte da industrialização da agricultura e do crescimento de outros ramos da economia.

Contudo, a interacção de diversos factores desfavoráveis impossibilitou a realização das acções programadas. Na resposta anterior abordámos alguns destes constrangimentos.

A partir de 1981 intensificaram-se as acções de desestabilização do nosso país através do banditismo armado. As acções destrutivas do banditismo armado afectaram a produção e a comercialização e transporte para as fábricas, centros de consumo e portos, quer de produtos de exportação como castanha de caju, algodão, cacão, copra, chá, madeira e minerais, quer de produtos como milho, arroz, feijão e produtos pecuários, o que teve um impacto extremamente negativo no nível do abastecimento interno.

A rede escolar e hospitalar foi severamente afectada e a população rural, em largas zonas do nosso país, viu as suas condições normais de vida alteradas e sem possibilidade de produzir para o consumo interno, passando a depender da ajuda externa.

No global, o nível de prejuízos causados pela desestabilização atinge cerca de 15 bilhões de dólares americanos, cerca de 8 a 10 vezes o valor do PIB. A economia, em particular a produção agrícola, sofreu os efeitos negativos de sucessivas calamidades naturais, incluindo a seca que persistiu de 1981 a 1984 afectando 4,5 milhões de pessoas e que trouxe a fome a vastas zonas do país.

A recessão da economia internacional, as altas taxas de juro, e a substancial deterioração dos termos de troca internacionais contribuíram para o agravamento da situação da nossa economia.

Para além de prejuízos económicos e financeiros, a acção orçimosa dos bandidos armados bloqueou o normal funcionamento do sistema de direcção da economia que havia sido concebido.

Como resultado desta evolução, a produção global do país, que teve uma taxa média de crescimento anual de 2,8% no período 1977-81, decaiu a uma taxa média anual de 11% entre 1982 e 1986.

Em 1983, de acordo com as orientações do IV Congresso do Partido Frelimo, que procedeu a uma reavaliação da estratégia económica a ser seguida, o Governo aprovou o Programa de Acção Económica para o período 1984-86. No quadro deste pro-

grama foram tomadas diversas medidas para fazer face aos desequilíbrios económicos e financeiros do país, incluindo:

- liberalização dos preços de alguns produtos agrícolas;
- estímulo da produção do sector familiar através de um melhor aprovisionamento em factores de produção e bens de consumo;
- redimensionamento de algumas empresas estatais agrícolas, redistribuindo-se a terra para o sector familiar ou privado.

De igual modo, foram introduzidas novas medidas no âmbito da política salarial e de emprego, com vista a estimular o aumento da produtividade, conferindo, entre outros aspectos, maior liberdade aos empresários na gestão dos recursos laborais. Ao nível das finanças públicas procurou-se aumentar a eficiência na cobrança de receitas e nacionalizar a força de trabalho no Aparelho de Estado.

Estas medidas tiveram efeitos positivos, tendo contribuído para a reversão do declínio da economia em 1986, ano em que o crescimento do PSG (Produto Social Global) atingiu 1,5% em termos reais, contra o decréscimo de 6% verificado no ano anterior.

Contudo, dada a magnitude dos desequilíbrios internos e externos e a degradação da si-

tução de segurança, tornava-se necessária a introdução de medidas de política de maior alcance, com vista a estimular a recuperação da produção e o realinhamento gradual da posição das contas internas e externas do país. É neste contexto que o Governo adoptou o Programa de Reabilitação Económica, que vem sendo implementado com sucesso a partir de 1987.

Como é que o Programa de Reabilitação Económica se enquadra na estratégia do Governo de acabar com a guerra e conseguir a estabilidade do país?

A paz e estabilidade são condições imprescindíveis para que o potencial produtivo representado pelo homem moçambicano, e os recursos naturais do país, possam ser plenamente mobilizados para acabar com a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo e o desemprego e promover o desenvolvimento.

A busca da paz sempre constituiu uma prioridade da FRELIMO que lutou para conquistar a independência e instaurar a paz no nosso país. Após a proclamação da independência, a política do Partido e do Governo continuou sendo a do estabelecimento da paz no país e na região, utilizando os meios e recursos necessários para neutralizar os agressores, desestabilizadores e seus promotores.

Neste contexto, a par das iniciativas de paz pela via diplomática, o nosso país dedicou uma parcela considerável dos seus recursos ao reforço da capacidade defensiva para fazer face à sanha destruidora dos bandidos armados.

O Programa de Reabilitação Económica articula-se assim com os esforços para acabar com a guerra, mobilizando a poupança interna e externa para a reabilitação da economia devastada e para socorrer a população afectada pela guerra, ao mesmo tempo que mobiliza meios consideráveis para a melhoria do apetrechamento logístico do nosso exército.

Com o PRE, Moçambique, que tinha uma economia centralizada, está a caminhar para uma economia de mercado. Qual de entre as duas é a melhor opção para a realidade moçambicana?

Na primeira pergunta abordávamos em parte esta questão, mas vamos desenvolvê-la um pouco mais.

Num país como o nosso, com uma economia subdesenvolvida, em que 80% da população está ocupada na agricultura e onde predomina uma economia tradicional muito forte, é difícil fazer opções entre modelos puramente de economia de mercado ou de planificação central.

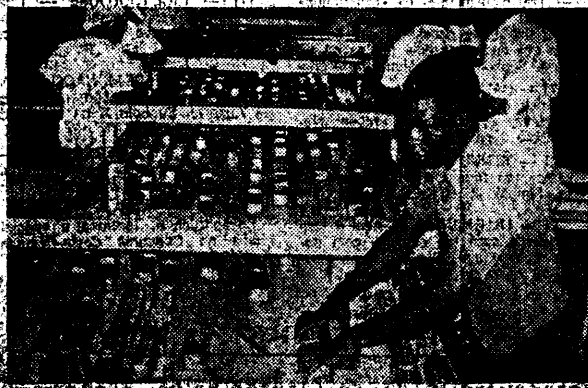
Por um lado, a centralização excessiva da decisão sobre os aspectos correntes da actividade económica retira dinamismo e grande parte da criatividade e eficiência aos agentes económicos, com reflexos na quantidade, qualidade e custo dos bens e serviços oferecidos.

Por outro lado, algumas facetas da implementação do PRE mostram que os agentes económicos em países como o nosso nem sempre reagem aos estímulos de mecanismos indirectos de gestão da economia, tais como a política de juros, de preços e de crédito da maneira que seria de esperar numa economia em que prevalecem as forças do mercado.

Neste contexto, a realização de determinados objectivos fundamentais de desenvolvimento económico, e a redução dos desequilíbrios na distribuição da riqueza entre as diversas camadas sociais, assim como dos desequilíbrios regionais, exige a prevalência de uma certa orientação central e de um certo nível de presença do sector público na economia.

A questão central aqui é encontrar um equilíbrio entre a intervenção estatal central na economia e a dimensão do sector público produtivo, com a criação dos mecanismos legais, institucionais e financeiros para o desenvolvimento da iniciativa privada e do papel das leis do mercado, de modo a que sejam alcançados os objectivos principais da sociedade.

(CONTINUA)



O sector alimentar foi um dos sectores severamente afectados pela situação de desestabilização a partir do ano de 1983. (Fotop do Arquivo)